

## Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais<sup>1</sup>

Politics of suffering and the mediatic narratives of natural catastrophe

*Paulo Vaz*

Professor no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ/RJ/BR. paulorgvaz@uol.com.br

*Gaëlle Rony*

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ/RJ/BR. gaellerony@gmail.com

### RESUMO

Este artigo elabora o conceito de vítima virtual, proposto como uma característica da subjetividade contemporânea. A vítima virtual emerge a cada vez em que indivíduos, diante dos meios de comunicação, apreendem a possibilidade de irrupção súbita de sofrimento em suas rotinas prazerosas. Na sua especificidade histórica, a vítima virtual provoca três transformações maiores na política da piedade, a forma moderna da política como reconhecimento do sofrimento do outro: 1) da desigualdade à rotina segura e prazerosa como lugar de se pensar o justo; 2) da piedade por uma “massa de miseráveis” à compaixão à distância por indivíduos; 3) da denúncia do Estado por perpetuar a desigualdade à indignação pela incompetência e imoralidade dos “políticos”. Para apresentá-las empiricamente, partimos das narrativas sobre a catástrofe recente em Angra dos Reis e analisamos suas diferenças com as narrativas de outras catástrofes naturais desde a década de 70 do século passado.

PALAVRAS-CHAVE: catástrofes; vítima virtual; mídia

### ABSTRACT

This article proposes the concept of the virtual victim as a feature of contemporary subjectivity. The virtual victim emerges when, faced with mediatic narratives, individuals grasp the possibility of a sudden irruption of suffering in pleasurable routines. In its historical specificity the virtual victim causes three main transformations in the politics of piety that shaped the recognition of the suffering of others in modernity: 1) the shift from inequality to safe and pleasurable routines as a site for conceiving justice; 2) the replacement of piety towards the suffering poor to individual compassion at a distance; 3) the passage of denouncing the role of the State in perpetuating inequality to indignation rooted in the incompetence and immorality of “politicians”. In order to empirically present these shifts, the article confronts the narratives of recent floods and landslides in Angra dos Reis with media narratives of other natural disasters since the 1970s.

KEYWORDS: catastrophes; virtual victim; media

- “ Os temporais, como os impostos, caem para todos. Mas a proteção do Estado e as catástrofes naturais, não. A primeira costuma ser despejada onde há riqueza. As calamidades desabam sobre os mais pobres (*Veja*, 09/12/1981)<sup>2</sup>.
- “ Tudo era previsível. Na bela região em torno da Baía de Angra, com suas 365 ilhas e mais de 2000 praias, chove quase o dobro da média do Rio de Janeiro, e a instabilidade das encostas é conhecida [...] Apesar disso, nunca foi feito um mapa geológico para verificar quais terrenos são impróprios para construção. A ocupação do solo é regida por regras municipais, estaduais e federais que se sobrepõem e ninguém as cumpre. Como se não bastasse, existe um impressionante histórico de corrupção nos órgãos responsáveis pela fiscalização em Angra (*Veja*, 13/01/2010)<sup>3</sup>.

### **A narrativa da tragédia como singularidade histórica**

Na madrugada do dia 1 de janeiro de 2010, 52 pessoas morreram devido a uma forte tempestade que caiu sobre a cidade de Angra dos Reis. Houve um consenso amplo dos meios de comunicação de massa nacionais sobre as causas das mortes e sobre qual seria o modo adequado de dimensionar os sofrimentos oriundos dessa tragédia. O Jornal Nacional da Rede Globo e as revistas *Veja*, *Isto É* e *Época* concordaram que as mortes poderiam ter sido evitadas pelo Estado, que a causa principal foi a negligência no cumprimento das leis impedindo a construção em encostas com risco de deslizamento e, por fim, constituíram o sentido do evento a partir do depoimento de sobreviventes e de parentes e amigos dos mortos.

Essa quase-unanimidade pode ser considerada sob dois pontos de vista. O primeiro, imediato, toma a ausência de alternativas como índice de que essa narrativa seria o modo adequado de construir as razões da existência e o sentido do evento trágico. As mortes, no todo ou em parte, poderiam, sim, ter sido evitadas; a forma de evitar seria fazer cumprir a lei, ao invés de, por exemplo, fazer obras em favelas que minimizassem as chances de ocorrer deslizamento. E que outra narrativa é possível quando se trata de revelar o sentido humano de uma tragédia, senão lamentar cada indivíduo a partir do testemunho daqueles que ficaram, temporária ou indefinidamente, traumatizados pela perda? Limitar-se a mostrar, à distância, os corpos dos mortos e a precariedade acrescida dos sobreviventes, especialmente se pobres? Só destacar a perda de indivíduos socialmente importantes?

Sob o outro ponto de vista, o consenso torna-se sintoma de mudança cultural. Ao invés de a narrativa se desenrolar no eixo entre a representação e o objeto “catástrofe natural”, ela se desenvolve a partir das expectativas que os indivíduos mantêm sobre a possibilidade de o Estado protegê-los das casualidades da existência. O que está em jogo é o modo singular com que diversas culturas ocidentais contemporâneas atribuem sentido ao sofrimento e ordenam, assim, regras morais e modos de pensar a ação coletiva. De fato, um modo privilegiado de se apreender a singularidade de uma cultura reside na forma como alça certos sofrimentos ao estatuto de contingentes, definindo, portanto, as ações individuais e coletivas que podem causá-los. Nossas culturas ocidentais contemporâneas parecem estar privilegiando sofrimentos caracterizados pela interrupção súbita e catastrófica da rotina de indivíduos quaisquer e supondo que o Estado poderia tê-los evitados, por mais aleatórios que os eventos possam ser.

Considerar a quase-unanimidade um sintoma requer estabelecer uma distância cética em relação às narrativas midiáticas sobre a catástrofe de Angra dos Reis. Uma primeira estratégia para induzir ao destacamento observa a semelhança, em termos de esquema causal e de técnica de expor o sofrimento de estranhos, entre a cobertura midiática da catástrofe de Angra dos Reis e as reportagens sobre mortes por epidemias, por acidentes de carro e de avião e por crimes ocorridos no espaço público com seleção aleatória de vítimas. Como a explicação para a semelhança de esquema causal não se encontra do lado do “objeto”, não se encontra no consenso amplo de cientistas e engenheiros sobre o comportamento dos seres que estudam, ela só pode residir em sua “percepção”, isto é, numa crença culturalmente constituída de que seria possível ao Estado intervir para controlar as consequências porventura danosas para os seres humanos do comportamento de seres vivos, objetos técnicos e criminosos. Essa crença, por sua vez, aponta para uma nova relação entre indivíduos e Estado que pode ser caracterizada como a emergência da vítima virtual.

A segunda estratégia para estabelecer uma distância cética em relação à cobertura midiática segue o princípio da raridade discursiva proposta por Foucault (1969, p. 155-173). Diante de um enunciado, a questão decisiva a ser colocada não é a de saber o que “realmente” queria dizer apesar do que disse ou se representava adequadamente a realidade; a questão é, sim, por que precisamente esse enunciado, aqui e agora, e não outros que seriam ou já foram possíveis. Positivamente, a raridade discursiva convida à investigação histórica. Cabe contrastar o que

foi dito sobre a catástrofe de Angra dos Reis com as narrativas midiáticas de outras catástrofes ocorridas em outro momento histórico.

### **A vítima e sua rotina feliz**

A vítima é uma figura subjetiva maior da atualidade, inicialmente por seu potencial de generalização. Um mesmo evento causa mais vítimas do que seria usual esperar e diferentes tipos de eventos geram vítimas. A evolução recente do conceito de estresse pós-traumático explicita o primeiro elemento do potencial de generalização. Esse conceito está diretamente vinculado à emergência da vítima, na medida em que propõe que ninguém sai de um evento traumático são e salvo – pode se salvar, mas não estará são, pois trará consigo uma ferida psíquica. Nos anos 1980, quando a doença teve sua existência oficializada pelo DSM-III, ficariam traumatizados a vítima e seus próximos. No DSM-IV, passou-se a pensar que o evento traumatizante afetava também aqueles que o testemunharam. No final da década de 1990, no DSM-IV-TR, supôs-se que alguém poderia ficar traumatizado pelo mero fato de saber da morte de um conhecido (Breslau e Kessler, 2001, p. 699-700). Na sequência da extensão, após o 11 de Setembro, pesquisas propuseram que teriam ficados traumatizados até americanos que “testemunharam” o evento pela televisão. O sociólogo brasileiro Gláucio Ary Dillon Soares aproveita essa hipótese fantástica para propor que também são vítimas da violência na cidade do Rio de Janeiro aqueles que se atemorizam ao ler notícias de crime; no limite, a população carioca, com exceção dos criminosos e das vítimas diretas, seria uma vítima oculta, pois estaria traumatizada com a violência (Soares, Miranda e Borges, 2006, p. 23-86)

A outra razão para a generalização da posição subjetiva de vítima é o que a faz emergir. A propriamente dizer, o escandaloso consiste na irrupção fortuita do sofrimento na rotina de indivíduos quaisquer que se supõem no direito de estar perfeitamente protegidos, não por Deus, mas pelo Estado (Vilain; Lemieux, 1998, p. 136). Desse modo, notícias sobre crimes, atentados terroristas, acidentes, epidemias e catástrofes naturais serão a ocasião a partir da qual os indivíduos são incitados a ocupar a posição de vítima virtual.

A partir do final da década de 90, as notícias sobre crime na cidade do Rio de Janeiro apresentavam sistematicamente duas características. Primeiro, costumavam conter explícita ou implicitamente dois fragmentos narrativos: o que aconteceu com uma dada vítima poderia ter acontecido com qualquer um; é provável que o acontecimento se repita. Em segundo lugar, as

notícias também propunham que o crime poderia não ter acontecido e que só aconteceu porque ou a polícia era corrupta, incompetente e insuficiente, ou porque a legislação não era rigorosa, ou porque as prisões, ao invés de conter riscos, permitiam que os criminosos, ao darem ordens a seus comparsas, continuassem a cometer crimes na cidade.

Nas notícias sobre acidentes, basta lembrar a intensa discussão nos meios de comunicação sobre se a ausência de micro-ranhuras na pista do aeroporto de Congonhas – uma obra que o Estado deveria ter feito – teria sido a causa ou não do desastre com o avião da TAM em 2007 ou como a formulação e implementação da “lei seca” foi precedida de notícias onde a embriaguez de motoristas – e a impunidade resultante da ausência de uma legislação rigorosa – teria provocado a morte de dezenas de vítimas.

Em relação a epidemias, duas edições do Jornal Nacional no final de março de 2008, durante o ápice das mortes pela dengue no estado do Rio de Janeiro, são exemplares. No dia 24, num editorial, os âncoras iniciam o jornal afirmando que as mortes poderiam ter sido evitadas, pois eram previsíveis – o próprio Jornal Nacional teria avisado ainda em outubro do ano anterior sobre o risco – e as diversas instâncias do Estado poderiam ter feito alguma coisa. A seguir, uma frase do âncora faz a generalização da posição de vítima: “[...] neste ano de 2008, milhões de brasileiros estão assustados porque milhares ficaram doentes e dezenas morreram”. A edição do dia seguinte foi dominada pelo testemunho de pais sobre a perda de seus filhos, num cenário dominado por brinquedos e imagens privadas das crianças sorrindo. Ao final de cada testemunho, a repórter afirmava com voz sóbria e dura: “a dengue matou X, aos Y anos de idade”, ao invés de dizer, como é usual para doenças, que “X morreu de dengue”. Talvez porque quisesse realçar que as crianças e adolescentes morreram por negligência do Estado.

Embora seja clara a semelhança nas narrativas midiáticas, cabe, uma vez mais, retomar a questão: afinal, o que há de comum em acidentes, catástrofes, crimes e epidemias para que não haja espanto na aplicação de um mesmo esquema explicativo a eventos originados, em primeira instância, por seres com comportamentos tão diferentes? Para compreender por que há essa “necessidade” cultural de propor a contingência de tais acontecimentos, é preciso notar, primeiro, que são eventos associados a um tipo específico de sofrimento, não aquele associado às desigualdades sociais (pobreza, preconceitos), ou à limitação da liberdade de indivíduos (Estados totalitários, tortura, etc.). Esses eventos são apresentados como a interrupção súbita e aleatória da vida cotidiana – claro, costumam causar mais vítimas entre os mais pobres, embora não seja

esse “detalhe” o que é frisado nas narrativas. Na indignação com as interrupções súbitas, o que se enfatiza, em contraluz, é o direito de cada indivíduo a uma rotina segura e prazerosa. Esse direito, por sua vez, está sustentado na pressuposição conjunta de uma quase-onipotência do Estado (o sofrimento poderia ser evitado) e na incompetência e descaso dos que ocupam seus cargos (a imoralidade alheia causou o sofrimento).

O tipo de desejo que já nos fez acreditar no paraíso, seja em outra vida, seja no futuro, continua a operar nas culturas ocidentais contemporâneas, só que agora na forma de uma presentificação do ideal (Gauchet, 2010, p. 237). Além das diferenças no conteúdo do ideal, entre, por exemplo, uma rotina segura e feliz e a eternidade, há uma outra, decisiva, entre essas formas de religiosidade – no sentido estrito de se esperar o que nunca foi dado na experiência, como a vida após a morte, a ausência de conflitos entre grupos e nações, a igualdade entre os seres humanos ou uma rotina absolutamente segura (Koselleck, 2006, p. 315). O paraíso e o comunismo estão distantes no tempo; a fricção entre o que é e o que deveria ser realimenta o desejo pelo ideal, ao mesmo tempo em que conduz o pensamento a se focar nos meios de se conquistá-lo, isto é, que o ideal não exista agora só reaviva a esperança de que ele existirá na vida após a morte ou no futuro. A presentificação do ideal, por sua vez, coloca o foco no passado, pois sua fricção necessária com o atual deve ser explicada. A conjunção incessante entre a interrupção súbita e a idealização de que a rotina seria absolutamente segura obriga a procurar no passado as ações que deveriam ter sido feitas para que o sofrimento presente não existisse. Para sustentar o ideal, as ações, por princípio, poderiam ter sido feitas; o raciocínio retrospectivo se detém, então, no que explica por que elas não foram feitas – e sabemos qual é a resposta reiteradamente proposta: a incompetência e a imoralidade de políticos e funcionários. A distância entre ideal e atual, ao invés de animar a esperança, suscita agora à indignação.

Alguns autores consideram que a emergência da vítima a partir da década de 60 do século passado é uma ruptura antropológica (Fassin; Rechtman, 2009, Wieviorka, 2003). Talvez seja mais interessante considerá-la como uma mudança no interior de uma continuidade. A Modernidade, com a invenção da política da piedade, adicionou como objeto da política o reconhecimento do sofrimento do outro. A política da vítima virtual tende a substituir a política da piedade, sendo, portanto, uma mudança no interior de uma continuidade maior: a necessidade de reconhecer politicamente o sofrimento de estranhos.

## As vítimas e o Estado

Segundo a conhecida análise de Hannah Arendt, foi a Revolução Francesa que iniciou a política da piedade, com o espetáculo do sofrimento de estranhos movendo à ação política aqueles que não partilhavam da condição de sofredor (Arendt, 1965, p. 75).

Em termos analíticos, a Revolução Francesa fez emergir esse tipo de política porque, em primeiro lugar, pela própria declaração dos direitos humanos, a regra moral está universalizada, desfazendo, portanto, os limites da estrutura de solidariedade comunitária ordenada pela separação entre “nós” e “eles”, onde há definições culturais precisas para quem deve ajudar e quem merece ser ajudado. Pela universalização, todos devem ajudar a qualquer um. Em segundo lugar, o sofrimento de estranhos é uma questão de política, no sentido de ser pensado como uma condição que está articulada a características da sociedade. Pelo mero fato de haver revolução, esse sofrimento é evitável; acredita-se que é possível mudar as condições sociais que produziram aquele sofrimento e, assim, reduzi-lo ou eliminá-lo.

A transformação da solidariedade com estranhos em uma questão política também é decisiva. Na política da piedade, exatamente por ser política, aquele que está diante do sofredor não pode ajudar local e imediatamente; deve, sim, falar aos outros do que viu para mobilizá-los. Na narrativa do que viu, o sofrimento deve estar articulado com condições sociais que seriam sustentadas por um determinado arranjo político, na medida em que ser solidário significa a ação de alcance global, mas remota no tempo, de transformar a sociedade<sup>4</sup>. E a narrativa deve despersonalizar o sofredor, tornando-o exemplo de uma condição que afeta a muitos. Daí a diferença maior, segundo Hannah Arendt, entre a compaixão e a piedade: tendo como exemplo Cristo, a compaixão só compreende particulares, só é afetada por sofredores concretos, enquanto a piedade se caracteriza pelo amor aos miseráveis, aos descamisados, às massas sofredoras (Arendt, 1965, p. 85).

Essas características da política da piedade implicavam um modo específico de narrar um sofrimento (Boltanski, 1999, p. 57-76). Pelo fato de ser piedade, o sofrimento é observado por quem não sofre e narrado para outros que também não sofrem. Assim, nessas narrativas, a audiência é endereçada como os felizes que devem agir politicamente para reduzir os sofrimentos dos infelizes. Se deve agir, a audiência também é endereçada como responsável. A responsabilidade pode ser por mera omissão, passiva, quando se postula que fazer algo reduz o sofrimento e, assim, que nada fazer amplia as agruras do sofredor. Mas a forma principal

de conceber a responsabilidade da audiência, que marcou a política nos séculos XIX e XX em diversos países ocidentais, foi a responsabilidade ativa. A partir de uma teoria da exploração, supõe-se que a felicidade de alguns resulta da infelicidade de muitos. A audiência se beneficiaria da estrutura social que causa sofrimentos e, portanto, está em dívida em relação a todos os que são apresentados a ela como sofredores.

A forma narrativa específica da política da piedade não se limita à constituição da audiência e à construção da causa do sofrimento; também implica o modo como aparece o sofredor. Se a piedade é amor pela humanidade, o sofredor tende a ser despersonalizado. Seu sofrimento vale como exemplar e, portanto, os acontecimentos de sua vida só importam na medida em que são representativos de uma condição partilhada por muitos. Além do anonimato, a narrativa tendia a expor os sofrimentos através de suas marcas visíveis no corpo, como nas conhecidas imagens de crianças desnutridas em países africanos ou a garota vietnamita em chamas após um bombardeio norte-americano. O privilégio do corpo como lugar de revelação do sofrimento estabelece imediatamente uma distância com a audiência.

A partir da década de 60 do século passado, uma série de eventos e de novos movimentos sociais provocou a crise da política da piedade, sendo, nesse sentido, condição de emergência da figura da vítima. A história a ser contada aqui destaca uma estrutura de temas e idéias trazidas por esses movimentos sociais que serão ressignificados pela política da vítima. Em primeiro lugar, está o holocausto, especialmente a partir de sua memorização política no julgamento de Eichman em 1961 (Wieviorka, 1998, p. 83-84). A ênfase no testemunho de sobreviventes, e não na documentação dos crimes cometidos, foi concebida, de início, pelos seus efeitos na política externa do Estado de Israel. Visava mostrar que seus inimigos de então continuavam uma história longa e trágica de preconceito. O julgamento também tinha uma função na política interna. Esperava-se que operasse a unificação dos israelenses, pois os jovens nascidos em Israel queriam tomar distância dos sobreviventes e da própria experiência do holocausto. Dizia-se que os judeus teriam se deixado “abater como ovelhas” e que aqueles que sobreviveram, para sobreviver, talvez tivessem sido coniventes com os nazistas. Ao recordar a longa história de perseguição e os sofrimentos experimentados, os testemunhos mostraram que os judeus foram vítimas dos nazistas não pelo que fizeram, mas pelo que eram.

Do ponto de vista do presente, ao menos dois temas despontaram nas narrativas do holocausto. A primeira é o valor da vítima: os judeus não só eram inocentes, como o fato de

terem sobrevivido e testemunhado marca um certo heroísmo, que é a manutenção de um núcleo de humanidade em condições desumanas. O heroísmo da vítima, uma figura anteriormente definida pela passividade, foi retomado por diversos movimentos sociais, como o feminismo, associações de veteranos de guerra ou de pessoas com câncer. O segundo tema é a proposição do holocausto como um sacrifício oferecido à humanidade, para que algo de semelhante nunca mais ocorra. O sofrimento não é condição para um mundo melhor, como era pensada, por exemplo, a “violência revolucionária”; ocorreu, sim, para que uma catástrofe semelhante não aconteça. O horizonte é a manutenção do presente e não mais a construção de um futuro utópico. Quando individualizada, essa idéia de sacrifício pelo bem comum num horizonte temporal de manutenção do presente torna-se condição da idealização posterior de uma rotina segura e prazerosa que, de direito, não deveria ser interrompida por nenhum evento trágico. Ao mesmo tempo, dá sentido para a morte de vítimas de acidentes, catástrofes, crimes e epidemias em diferentes países ocidentais; parentes e amigos se mobilizam para que a morte não tenha sido em vão, para que seja um sacrifício pelo bem comum, para que algo de semelhante nunca mais aconteça.

O movimento negro, o movimento feminista e o movimento dos homossexuais também foram decisivos na mudança da política da piedade para a política da vítima (Jacobs; Potter, 1998, p. 65-78). Uma das formas de mostrar que seus sofrimentos não eram reconhecidos foi denunciar a ausência de punição, pelo Estado, daqueles que cometiam agressão contra negros, mulheres e homossexuais por preconceito. Os crimes de racistas, o estupro, o assédio sexual, a pedofilia e a violência doméstica, os crimes de ódio foram, assim, ocasião para denunciar uma injustiça derivada da desigualdade. Os criminosos não eram punidos ou porque os agentes do Estado eram preconceituosos, ou porque, na versão radical, suas instituições funcionavam para manter uma sociedade perpassada pela desigualdade.

A crítica da normalização já frisara como o preconceito social fazia com que desviantes fossem punidos não pelo que faziam, mas pelo que eram; os movimentos de minorias ajustaram essa crítica ao fazer a passagem do agressor à vítima: o indivíduo era vítima não pelo que fazia, mas pelo que era. A mudança de lugar transforma potencialmente o sentido da crítica. Ao invés de denunciar as instituições disciplinares ou totais, trata-se de demandar a ação forte do Estado. Surge, assim, outro tema importante para a política da vítima: reconhecer o sofrimento de uma minoria significa ampliar o rigor penal para com seus agressores. Se os direitos humanos foram

criados após a Segunda Guerra para proteger os indivíduos do arbítrio de estados totalitários, após os movimentos de minorias, o sentido passa a ser a intervenção do Estado para proteger indivíduos de outros, o que pode conduzir, senão ao arbítrio, ao menos à ampliação de seus poderes punitivos.

A mudança se completa com o movimento de vítimas de crime e de acidentes de carros surgidos nos Estados Unidos desde o final da década de 70 do século passado. Sob certo ponto de vista, acontece a extensão da vítima qualificada para o indivíduo qualquer. Pela extensão, consolida-se a mudança na forma de denúncia do Estado (Simon, 1998, p. 106-110). A ausência de reconhecimento do sofrimento de vítimas qualificadas ainda fazia referência à relação entre preconceito, desigualdade e estrutura social. Quando a vítima é o indivíduo qualquer, a referência é meramente à negligência e incompetência dos agentes de Estado, as “autoridades” ou os “políticos”. E o sentido da mobilização é por aumento do rigor penal e pela punição jurídica dos responsáveis.

A posição central dos movimentos de vítimas de crime e acidentes de carro pode ser vista na diferença que ela traz em relação à retórica da política da piedade. Em termos de endereçamento da audiência, a política da piedade a constituía como os felizes responsáveis pelo sofrimento do “povo oprimido”. Essa constituição permanecia na vítima qualificada. Os membros da audiência que eram homens, brancos, não-judeus e heterossexuais não sofriam de preconceito e, nesse sentido, seus membros eram os felizes; e se não fossem preconceituosos, ao menos não se mobilizavam politicamente seja para mudar as leis que permitiam o sofrimento, seja para mudar as condições sociais que causavam a existência de desigualdades. Já quando a vítima é um indivíduo qualquer e feliz, a audiência pode ser convidada a ocupar o lugar de vítima virtual, a se conceber como podendo ser vítima de um acontecimento semelhante.

A última diferença de retórica entre a política da piedade e a produção da vítima virtual é em relação à construção da exemplaridade do sofredor. Na produção da vítima virtual, especialmente em eventos de grande repercussão midiática, é importante que os sofredores não sejam anônimos e que as notícias contenham diversos detalhes de sua vida pessoal, tanto para favorecer a identificação da audiência com a vítima, como para constituí-la em sua inocência.

A diferença entre compaixão e piedade estabelecida por Hannah Arendt, uma direcionada a indivíduos concretos enquanto a outra orientada para uma massa indiferenciada que partilha uma condição, parece estar desaparecendo (Fassin, 2002, p. 679-80). Cada vez mais, ao narrar algum sofrimento, os meios de comunicação orientam nossa compaixão para indivíduos concretos,

falando do passado das vítimas – o que faziam e algumas características de sua personalidade – e como sua morte destruirá o futuro de seus próximos.

### **A forma de denúncia do Estado**

O conceito jurídico de negligência permite compreender como os meios de comunicação atribuem as mortes por uma catástrofe natural ao Estado. A enchente de um rio inunda uma cidade, provocando mortes; um dos modos de atribuir responsabilidade ao Estado pela catástrofe, propondo, portanto, que o sofrimento seria evitável ou, ao menos, teria sua intensidade reduzida, é mostrar que havia ou projetos de barragens, ou a limpeza e modernização das galerias pluviais, ou a redução do assoreamento de encostas e do desmatamento, ou ter um serviço de bombeiros eficiente e bem aparelhado, etc. Trata-se de propor que havia alguma técnica que controlaria o evento natural, de modo que foi a ineficiência no controle o que causou o sofrimento. A chuva torna-se um mero evento entre um ato ilegal e o sofrimento que não rompe o fio causal, ou ainda, de causa, a chuva torna-se condição. Pode-se também perceber qual será o argumento para se propor que não houve responsabilidade: a chuva foi demasiada e não haveria modo de controlá-la; assim, não importam as negligências anteriores, pois seu nexos causal com os sofrimentos teria sido rompido pelo evento inesperado.

Logo após a catástrofe de Angra dos Reis, coletamos as reportagens das revistas *Veja*, *Época* e *Isto É*, assim como as edições do Jornal Nacional até uma semana após o evento. Depois de percebermos como as narrativas eram parecidas com aquelas presentes em acidentes, crimes e epidemias, conformando-se à política da vítima – denúncia de incompetência e imoralidade dos agentes do Estado e a generalização pelo indivíduo qualquer –, pesquisamos o arquivo digital da *Revista Veja*, a partir das palavras-chave “chuva”, “enchente”, “inundação” e “deslizamento” para determinar se seria possível observar a mudança histórica descrita teoricamente. A quantidade inicial de notícias forçou um corte arbitrário: só foram analisadas as reportagens sobre eventos com pelo menos 20 mortes. Incluindo Angra dos Reis, chegamos ao total de 26 eventos e 47 reportagens nos mais de 40 anos.

Pela leitura de artigos e livros, uma hipótese inicial para se marcar a diferença histórica entre a Modernidade e nossa atualidade era a diferença entre fatalismo e sofrimento evitável, entre considerar um evento como necessário ou como contingente (Furedi, 2003; Vilain e Lemieux, 1998). Até o fim da ditadura militar em 1984, um momento onde diversas crenças modernas

ainda eram hegemônicas, esperávamos que as notícias trouxessem as mortes causadas pela chuva como eventos trágicos que fazem parte da ordem do mundo e em relação aos quais só caberia a solidariedade após a tragédia. Mas isso não ocorreu<sup>5</sup>. Entre 1970 e 1984, houve 14 catástrofes com mais de 20 mortos; dessas, 9 propunham explicitamente que o evento era evitável; das 12 catástrofes entre 1985 e 2010, 8 foram consideradas evitáveis.

O que se mostrou relevante foi, em primeiro lugar, a diferença na forma de denunciar o Estado. As reportagens não se limitam a mostrar que os governantes não fizeram barragens, ou obras em favelas, ou permitiram que indivíduos construíssem suas moradias em áreas de risco. Também explicitam as razões de ter havido a negligência. Apareceu, então, com clareza, a diferença entre a política da piedade e a política da vítima.

Entre 1970 e 1984, apenas 3 das 9 catástrofes concebidas como evitáveis não enfatizaram a negligência com os pobres. De fato, pode-se até dizer que as mortes ocorridas durante as enchentes ou deslizamentos era a ocasião para se recordar à sociedade como era necessário reduzir essa desigualdade social. Na edição de 19/08/1970, a revista descreve uma cheia do rio Capibaribe em Recife, com 140 mortos, que teria sido evitada pela construção de barragens, e aponta: “[...] como sempre, a parte mais pobre sofreu o maior número de baixas” (*Veja*, 19/08/1970, p. 27)<sup>6</sup>. Em 1975, em outra cheia do Capibaribe, dessa vez com 104 mortos, a reportagem comenta que os empresários já sabiam até os centavos de suas perdas e que a associação comercial era contra o congelamento dos preços, pois impediria os lucros. Ao mesmo tempo, os pobres desabrigados não tinham como se mobilizar para serem ajudados: na sede da prefeitura, acumulavam-se centenas de pares de sapatos doados aos flagelados, ao mesmo tempo em que estes permaneciam “descalços, esqueléticos, hóspedes de abrigos onde dormem sobre o chão por falta de colchões” (*Veja*, 30/07/1975, p. 62)<sup>7</sup>. Em 1980, houve mais uma inundação em Recife e Olinda, dessa vez do rio Beberibe, com mais de 50 mortos. Pelas barragens construídas após as enchentes, o Capibaribe estava controlado. A reportagem explica então a diferença entre os rios: “o Capibaribe é um rio que banha ricos e pobres [...] Já o Beberibe percorre exclusivamente bairros pobres e, talvez por falta de populações ribeirinhas mais influentes, não mereça as mesmas atenções do poder público” (*Veja*, 18/06/1980, p. 50)<sup>8</sup>.

A reportagem de onde foi tirada a epígrafe descrevia as 44 mortes provocadas no estado do Rio de Janeiro, especialmente em Petrópolis e Teresópolis, em dezembro de 1981, e que teriam sido evitadas se o poder público tivesse feito obras que contivessem encostas e permitissem o

escoamento de água nas favelas e bairros pobres. A reportagem afirmava então: “[...] a tromba d’água revelou uma nova característica das calamidades naturais no Brasil. Elas podem atingir qualquer lugar, indiscriminadamente. Mas só costumam fazer grandes estragos quando se abatem sobre os pobres” (*Veja*, 09/12/1981, p. 20)<sup>9</sup>. Na sequência, a revista comenta que o governador Chagas Freitas teria comemorado com seus assessores o fato de “nada” ter acontecido; é que a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro não tinha sido afetada pelas chuvas.

As imagens típicas da fúria das águas são as de casas cobertas pela enchente ou destroçadas por deslizamentos. Já uma imagem típica da política da piedade mostra sofrendores à distância, preferencialmente de famílias com crianças, colhidas de surpresa pelo fotógrafo. Grande parte das reportagens, mesmo aquelas onde o sofrimento era tido como inevitável, continha alguma imagem de desabrigados pobres.

A partir de 1985, começa a mudar a forma sintética de apreender uma injustiça e as razões de sua existência. A oportunidade de se denunciar a desigualdade a partir de catástrofes provocadas pelas chuvas continua a aparecer, pelo menos até 1996. Em fevereiro desse ano, as chuvas provocaram 65 mortos no estado do Rio de Janeiro – e a reportagem não deixa de notar que são os pobres os mais afetados: “É triste perder a casa, ficar preso no trânsito que não anda, não conseguir falar ao telefone. Muito mais triste é perder parentes queridos. E isso, como quase sempre acontece nessas tragédias, só a parcela mais pobre da população sofre” (*Veja*, 21/02/1996, p. 36)<sup>10</sup>. A reportagem conta ainda a história de um pintor de paredes que, após o desabamento de seu barraco, tentou durante horas retirar sua mãe e irmã, presas nos escombros, e que gritavam por socorro. A revista nota, indignada, que os bombeiros só chegaram ao local 9 horas depois, quando já era tarde demais.

Muda, porém, a explicação do descaso para com os pobres. Não há mais remissão a um Estado que sustenta e reproduz desigualdades sociais, mas a um Estado ineficiente, que intervêm onde não deveria, tem funcionários demais e, por isso, não consegue cuidar da população em geral, nem fazer cumprir a lei. Uma reportagem de 1991 conecta quatro eventos: uma enchente em São Paulo, com 20 mortos, a invasão de um prédio por favelados no Rio de Janeiro, a quebra de caixa econômica de Minas Gerais e a incapacidade de impedir a greve dos petroleiros: “o Estado brasileiro é de fato enorme, cuidando de atividades que não lhe dizem respeito. Mas no caso da enchente em São Paulo, mostrou que é pequeno até para proteger a população contra a chuva. Na invasão do Rio, o Estado provou que não consegue resolver nem o problema da liquidação

de uma empresa, quanto mais a questão habitacional. Em Minas, o Estado quebrou a caixa. E na greve a decisão do Estado não foi levada a sério pelos petroleiros. Na vida prática das pessoas, o Estado está fazendo água e inunda a existência das pessoas com problemas” (*Veja*, 27/03/1991, p. 40)<sup>11</sup>.

A outra mudança significativa é na forma de crítica das autoridades públicas. Anteriormente, o político encarnaria uma função pública, como se fosse um mero agente de decisões coletivas previamente tomadas durante a eleição, pela escolha de um partido para ocupar o poder. A solução também era política: mudar o partido que está no poder. Desde a década de 90 do século passado, o que conta são atos de indivíduos que podem, portanto, ser responsabilizados judicialmente por negligência. Em outras palavras, ao invés de um governante ser denunciado porque suas decisões expressam interesses de grupos, como fez a revista *Veja* com Chagas Freitas, afirmando que este só governaria para os moradores da Zona Sul, as autoridades passam a ser criticadas porque suas decisões refletem falhas pessoais, como incompetência, populismo ou corrupção. Por isso a sugestão de responsabilizá-los criminalmente, que já aparece na catástrofe de 1996 e é sugerida pela revista *Época* na catástrofe de Angra dos Reis.

Em Janeiro de 2001, chuvas no sudeste provocaram a morte de 36. A cidade mais atingida foi Campos do Jordão, com 10 mortes ocorridas num deslizamento de terras. A revista explica então como o sofrimento teria sido evitado:

“ As construções erguidas irregularmente nas encostas foram soterradas. Elas tinham sido feitas havia mais de dez anos, num flagrante desrespeito à lei e sob enorme risco de desabamento. Mas nenhuma administração havia tomado qualquer providência até o infortúnio da semana passada. Quantos votos poderia perder a autoridade que desalojasse aquela população das encostas dos morros? (*Veja*, 12/01/2001, p. 104)<sup>12</sup>.

As autoridades são populistas, o que, no caso, quer dizer que só se preocupam com o poder, com serem eleitos, com o interesse próprio, e não com o bem comum. Além de suas decisões serem consideradas uma capacidade pessoal, os políticos parecem só agir visando o seu próprio interesse.

Essa mesma explicação, que alia incompetência, populismo e corrupção, foi privilegiada nas reportagens sobre Angra dos Reis. A *Veja* narra detalhadamente como as mortes poderiam não

ter acontecido se não fosse a incompetência, a ilegalidade, o populismo e, adicionalmente, a corrupção: “A pousada tinha licença de funcionamento da prefeitura, mas não a licença ambiental do Estado. Mesmo se tivesse, o risco de deslizamento da encosta não teria sido analisado. As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram 21 pessoas, tampouco tinham licença. Antes da tragédia, porém, a prefeitura dispunha de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área, como se não houvesse um grave problema de segurança. Em Angra sempre foi mais fácil construir e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização. Entre 2006 e 2007, 44 funcionários da prefeitura de Angra, do governo estadual e do Ibama foram presos por vender pareceres técnicos favoráveis às construções” (Veja, 13/01/2010, p. 34)<sup>13</sup>. Cabe notar que, em 1981, fazer obras em favelas era modo de prevenção; ao menos desde 2001, essas obras nada significam além de populismo.

A forma de denúncia típica, ao menos no Brasil, da política da vítima emerge em sua clareza: se há interrupção trágica da rotina prazerosa de indivíduos, não importa se por crime, acidente, catástrofe ou epidemia, isso ocorre porque o Estado Brasileiro permite a ilegalidade e a impunidade e seus agentes são caracterizados pelo populismo e corrupção.

### **Da massa miserável ao indivíduo qualquer**

Para caracterizar a distância que estamos experimentando em relação à política da piedade, é preciso ainda explorar a diferença entre a piedade, que seria dirigida a uma massa, e a compaixão à distância, que nos faz experimentar a dor de estranhos individualizados, mas através dos meios de comunicação e na orientação de uma mudança política.

Entre 1970 e 1984, a maior parte das reportagens se limitava a indicar o número de mortos ao lado de prejuízos econômicos, como a perda de lavouras, e frisavam o tempo que ia demorar para a vida retornar ao normal. Também era costumeiro que a reportagem colocasse autoridades públicas (prefeitos ou governadores) ou representantes de associações comerciais, industriais ou agrícolas para resumir o sentido do evento através dos seus custos. Na enchente de 1970 em Recife, a revista coloca: “O presidente do Clube dos Lojistas, Wilson Campos, afirma que os prejuízos do comércio foram tão grandes que serão necessários no mínimo sessenta dias para que se restabeleça a normalidade da vida comercial” (Veja, 29/07/1970, p. 26)<sup>14</sup>.

Pela relevância dos prejuízos econômicos, pelo anonimato e pela ênfase no retorno à normalidade, o ponto de vista adotado nessas reportagens é o da coletividade, o que é de se

esperar na medida em que ela tanto é quem causa sofrimentos (porque nela há a desigualdade), quanto quem irá sofrer as consequências. Se há fala de sobreviventes, por diversas vezes eles se mostram resignados, frisando a necessidade de retornar a uma vida rotineira que inclui a possibilidade de catástrofe. Em julho de 1983, após mais de um mês de chuvas, o estado de Santa Catarina teve “no mínimo 300 mortos”. Uma idosa sobrevivente da enchente, Olga Pfiffer, diz ao repórter enquanto se preparava para cultivar suas terras: “Meu filho, isso passa e temos de aproveitar a primavera que vem por aí” (*Veja*, 20/07/1983, p. 62)<sup>15</sup>.

A partir de 1984, é mais comum haver reportagens contendo depoimentos de indivíduos que foram direta ou indiretamente afetados. Contudo, os testemunhos têm a função maior de tornar sensível o horror dos eventos. Em fevereiro de 1988<sup>16</sup>, chuvas novamente devastaram o Estado do Rio de Janeiro, especialmente a cidade de Petrópolis, provocando a morte de 200 pessoas. A reportagem abre descrevendo um sobrevivente acompanhando o trabalho de busca de corpos: “De pé em cima do barro, José Carlos de Oliveira, 21 anos, empregado de uma confecção no Rio de Janeiro, acompanhava na semana passada o vai e vem ruidoso da retroescavadeira no Caxambu, bairro central de Petrópolis. Primeiro brotou da lama o corpo de seu pai. Minutos depois, viu-se uma mão surgir [...] a vítima usava roupa branca, de bolinhas, disseram eles. “é a camisola de minha mãe”, balbuciou José Carlos. A roupa era de fato da mãe do rapaz, mas quem a usava era sua irmã. Sob o corpo dela estava o do seu filho Tiago, sobrinho de José Carlos, um bebe de dois meses. Lágrimas rolaram finalmente pelo rosto perplexo do balconista, que até então controlara as emoções”. Ou então o sofrimento do pintor de paredes em 1996<sup>17</sup>, lutando inutilmente para salvar as vidas de sua mãe e irmã. É significativo, porém, que nenhuma das reportagens nos informe o nome das vítimas, como eram suas vidas antes de morrerem e como seria a vida dos jovens sobreviventes depois da tragédia.

A partir da enchente de novembro de 2008, em Santa Catarina, com 32 mortos só em uma cidade, a história passa a ser definitivamente contada do ponto de vista das vítimas, frisando o imensurável da perda, a ferida psíquica aberta e talvez impossível de ser fechada. Eis um depoimento: “O operário André Oliveira, de 29 anos, deixou a família na casa de um parente, no município de Gaspar, e foi ao mercado. A poucos passos do portão, ouviu um estrondo. Ao olhar para trás, viu a mulher na varanda e os filhos no quintal. “Saíam daí”, gritou. Não deu tempo. O morro próximo veio abaixo soterrando, além da sua casa, uma dezena de outras. Oliveira ainda ouviu o choro da filha de 3 anos, Ester. [...] “Ainda não parei de chorar”, disse ao repórter

Duda Teixeira (*Veja*, 03/12/2008)<sup>18</sup>. Esse privilégio ao ponto de vista do indivíduo que sobrevive traumatizado é mais claro nas imagens que dominam a reportagem. A primeira é de uma mulher sendo resgatada por um helicóptero, com o rosto contorcido pelo desespero; em outra página, uma mulher é vista chorando ao olhar para o lugar onde antes estava sua casa. No final, aparece a foto do caminhoneiro Zabel, que perdeu a mulher e dois filhos, sentado numa pedra ao lado do rio que levou seus parentes, cabisbaixo, inconsolável. E a imagem de capa da edição era a foto privada de uma menina loira, sorridente, morta na enchente.

Embora a revista *Veja*, tanto na edição nacional, quanto na local, não tenha apresentado depoimento de vítimas e de seus parentes, o Jornal Nacional e as revistas *Época* e *Isto É* utilizaram abundantemente esse recurso narrativo. Imediatamente, nota-se a multiplicação das fotos privadas com as vítimas sorrindo para a câmera. Esses indivíduos comuns receberam um espaço midiático para seus testemunhos e para os detalhes de sua vida que, anteriormente, era reservado às personalidades públicas mortas em catástrofes ou acidentes. Democratização, certamente, mas na forma da vida feliz que seria o direito de todos.

De fato, o que parece destacar as vítimas do comum dos mortais é a felicidade de suas vidas até então. O casal dono da pousada destruída teria sido feliz até a noite da catástrofe. Sua filha morta só se estressava na hora de fazer os trabalhos da faculdade, pois era perfeccionista e tirou “A” em todas as disciplinas.

Um casal sobrevivente que perdeu suas filhas teria se conhecido ainda adolescentes; o marido, ao ver sua futura mulher passar pela rua, desceu do carro para conhecê-la. Após o nascimento das filhas, a revista *Isto É* afirma que sua felicidade teria ficado completa.

Duas vítimas do grupo de amigos que tinham alugado uma casa para passar o Réveillon são caracterizadas por seus parentes pela alegria que possuíam e que doavam; um estava sempre sorrindo nas fotos e ninguém ficaria triste ao seu lado; o outro seria o mais alegre da turma e seus amigos o consideravam a alegria das festas.

Esses detalhes do passado e da personalidade de cada vítima parecem individualizar, mas, de fato, cumprem as funções de generalização e de idealização. Simplificando ao extremo a vida de indivíduos, retirando delas o que há de angústia, desejo, conflito e incerteza, os meios de comunicação só retêm o que delineia o ideal de uma felicidade privada. Não se trata da vida daqueles indivíduos que morreram ou sobreviveram, mas do que a vida deveria ser, se não fosse a incapacidade do Estado de prover segurança. Muitos gostam de cantar, como a filha

dos proprietários da pousada; e quem não desejaria ter uma filha excelente aluna que, mesmo morando fora, voltava para a pousada para ver os pais todo final de semana e feriado? E quantos gostariam de participar de um grupo de amigos que se conhecem há anos e são como irmãos? Ou quem não brindou a passagem do ano novo com amigos, namorados, cônjuges ou parentes, prometendo que aquele seria um ano melhor?

Uma outra característica das narrativas midiáticas sobre a catástrofe é a proximidade entre a reação dos sobreviventes e a descrição dos sintomas de estresse pós-traumático. Os sobreviventes são apresentados como tendo perdido uma parte do seu passado. Estão também sob intensa emoção, chorando a todo o momento em que algo lhes recorda a perda. E, sobretudo, por terem perdido um futuro possível, perderam a capacidade de antecipar futuros, de desejar.

As novidades contidas nas narrativas de tragédia de Angra dos Reis não se reduzem à forma de criticar o Estado, na adoção do ponto de vista do indivíduo e na forma de generalização do sofrimento através do personagem do indivíduo qualquer feliz. Está também no modo como se propõe aos indivíduos lidarem com o sofrimento que porventura lhes ocorrer. Ao se ler as reportagens, é quase impossível conceber como os sobreviventes poderão continuar a vida, pois é dito, explícita ou implicitamente, que perderam a capacidade de antecipar futuros.

Essa impossibilidade não é natural, derivada da própria imensidão da perda; é, sim, uma construção. Agora nos é dito que o sofrimento é irrecuperável, que ele não impõe a necessidade de conceber outros futuros possíveis e que ele destrói nossa capacidade de desejar. Nem sempre foi assim. Não se trata apenas da resignação quase estoica, afirmando a necessidade de seguir com a vida, transparente na frase da sobrevivente da cheia em Santa Catarina no início da década de 80. Na catástrofe de Petrópolis de fevereiro de 1988<sup>19</sup>, a revista abre um box para contar a história de uma sobrevivente, Ismênia, retirada com vida dos escombros dois dias após o deslizamento e que perdeu pai, mãe, irmã e o filho de 9 anos de idade, que “era seu orgulho”, pois o tinha criado como mãe solteira. Na primeira parte, a reportagem descreve seu salvamento; na segunda parte, sintomaticamente intitulada “planos para a vida”, Ismênia conta que voltará ao trabalho e que tinha ficado irritada com um jornal por ter errado sua idade. Diz ela: “Tenho só 42. Me cuida para parecer bem e eles dizem que sou mais velha, vejam só!”

Uma vez mais, a mudança histórica não se limita à diferença de ponto de vista a partir do qual se narra o evento, se o da sociedade ou o do indivíduo; reside, sobretudo, no sentido do sofrimento. Apesar da perda terrível, a revista propõe que a sobrevivente não só suportaria

a tragédia e continuaria com a vida; ela ainda teria vaidade, desejo. Jamais saberemos, pelas reportagens, como os indivíduos concretos lidaram ou lidam com as catástrofes naturais que se abateram sobre suas vidas; é perceptível, porém, a diferença no modo como os meios de comunicação propõem aos indivíduos lidarem com eventos trágicos.

### **A vítima e a forma da política**

A pesquisa empírica para esse artigo foi feita em janeiro e fevereiro de 2010. Pelo fato de o Brasil ser um país tropical, desde então, novas catástrofes provocadas por chuvas recortaram a passagem do tempo. Oportunidade, portanto, para saber se o novo enquadramento é efetivamente aplicado aos casos.

Quando o esforço intelectual reside na conceituação do que está se experimentando, a mudança histórica não se apresenta como a substituição de vocabulários explicativos. Define-se, sim, pela competição entre a nova e as formas anteriores de enquadramento do sofrimento, pois estas ainda estão disponíveis. A mudança consiste no aparecimento de uma nova linguagem explicativa e não no desaparecimento das linguagens anteriores. A catástrofe que se abateu sobre a Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011 foi imediatamente apresentada por diversos veículos de comunicação como resultante da incompetência em coibir a ocupação ilegal de encostas com alto risco de deslizamento. Para se contrapor a essa interpretação que responsabilizava o governo de seu antecessor, a presidente Dilma Roussef associou a ocupação de encostas ao “déficit habitacional” para a população carente, retomando, portanto, a desigualdade como causa em última instância das inúmeras mortes.

A mudança histórica tampouco obriga à adoção do novo vocabulário para todos os eventos semelhantes que se apresentam. Mais precisamente, o que acontece é a possibilidade de politizar ou não uma catástrofe natural por atribuí-la à incompetência e/ou imoralidade dos governantes. Torna-se uma mera estratégia política afirmar a necessidade de um acontecimento. Tal parece ter sido o que ocorreu durante as enchentes de 2010 em São Paulo. Para preservar o futuro candidato José Serra, governador do Estado, grandes veículos selecionaram especialistas que argumentavam que, diante de uma tal quantidade de chuvas, nada poderia ter sido feito. Como esses eventos já pertencem à política, blogs alternativos e o movimento estudantil ironizaram o enquadramento midiático das enchentes de São Paulo durante a campanha eleitoral.

As objeções possíveis ao surgimento de uma nova forma de política não são só de ordem empírica; também vale questionar o que há de novidade se a denúncia da corrupção de políticos é ao menos tão antiga quanto o surgimento da democracia representativa: desde seu início, havia a preocupação dos representados com uma possível traição do representante. A novidade, porém, não está na existência de denúncias, mas na sua associação causal com diversos eventos trágicos. Para analistas com orientação marxista, e eles eram muitos, o capitalismo já era desordem e a corrupção apenas a confirmação da regra distorcida de funcionamento social. Não era, portanto, desordem a ameaçar a ordem social. O decisivo, porém, é o peso contemporâneo da corrupção na explicação de inúmeras desordens sociais, não só as interrupções súbitas da rotina, mas também a existência de pobreza e o subdesenvolvimento, anteriormente explicadas pelo modo de funcionamento do “sistema”.

Decorridos mais de 20 anos da queda do Muro de Berlim, é fácil olhar com ceticismo para as diversas esperanças associadas à transformação revolucionária: não só acabar com a desigualdade econômica entre os seres humanos, mas erradicar as diferenças de gênero, dar um fim à miséria sexual, fazer com que todos se sentissem belos, etc. Seria interessante que esse destacamento cético fosse estendido ao presente e se percebesse que também em nossa cultura há uma ideologia, a transparência. Se a rotina segura e prazerosa, de direito, deveria existir, sua distância com o que acontece é explicada pelas falhas de governantes e funcionários. Desse modo, quanto mais as ações do Estado forem transparentes, menor será a probabilidade de haver sofrimento. De um lado, essa ideologia dá aos indivíduos um novo papel na política: vigiar permanente e minuciosamente as ações de governantes e funcionários, ao invés de se colocarem como cidadãos que visam conquistar e exercer o poder para construir um mundo em comum. De outro lado, a transparência torna-se a virtude moral exigida dos governantes num tipo de democracia onde a *reserva de desconfiança* é cotidianamente exacerbada e a política pouco se distingue da gestão (Rosanvallon, 2006, p. 261-268).

Essa forma de pensar a causalidade da ação coletiva nos sofrimentos humanos tende, de fato, a reduzir a possibilidade de alguma ação coletiva. As notícias sobre corrupção e tráfico de influência são usualmente apresentadas como típicas do comportamento de uma “classe”, os políticos, o que, evidentemente, não valoriza a prática da política. A discussão democrática sobre as limitações trazidas pelo passado a uma sociedade e suas possibilidades de futuro são, também, reduzidas ao mero combate da imoralidade.

A possibilidade de ação coletiva é reduzida por uma outra característica da política da vítima virtual. Ela propõe não haver nenhuma responsabilidade coletiva dos indivíduos (a não ser a mobilização para expulsar políticos e aumentar os rigores da lei). Embora sob uma forma redutora, pois não associava a obrigação com o outro à questão do mundo, e, portanto, culpabilizava, a política da piedade obrigava a elite a se considerar em dívida em relação aos infelizes. Na forma de política da vítima, porém, ninguém está em dívida com ninguém; ao contrário, todos estão com crédito em relação ao Estado. Quando há algum crime aleatório na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, os meios de comunicação sempre encontram alguém para declarar que pagam o IPTU mais caro da cidade e, mesmo assim, vivem com medo. O indivíduo se pensa como o consumidor de um serviço; faz sua parte, que é pagar o imposto, aliás, excessivo, enquanto o Estado não faz a dele.

Cabe dizer, por fim, que a conceituação do contemporâneo como política da vítima virtual privilegia a ação da mídia na conformação da cultura. Afinal, o privilégio da existência biológica, a valorização de uma democracia de consumidores e a suposição de que o ideal de direito já existe no atual são os elementos dessa nova relação entre indivíduos e Estado que se apresenta como o nexos entre incompetência dos governantes e vulnerabilidade da audiência nas notícias sobre crimes, catástrofes, acidentes e epidemias. ●

## NOTAS

- <sup>1</sup> Paulo Vaz agradece ao CNPq pelo apoio na realização do presente trabalho e Gaelle Rony agradece à FAPERJ.
- <sup>2</sup> VEJA. *O Rio, quase afogado nas chuvas*. 09/12/1981.
- <sup>3</sup> VEJA. *Trágico, absurdo, previsível*. 13/01/2010.
- <sup>4</sup> Era comum entre os que lutavam pela revolução a denúncia da caridade, pois aliviaria a consciência do doador e manteria a alienação do sofredor. A atitude contemporânea atribui um valor limitado à caridade; a crítica, sintomaticamente, tem uma dimensão individualizante. Como se diz, não basta dar o peixe, é preciso ensinar a pescar.
- <sup>5</sup> Cabe notar que Furedi (2003) e Vilain; Lemieux (1998) escolheram, para a comparação histórica, eventos ocorridos logo após a 2ª Guerra Mundial. Talvez se tivéssemos recuado para a década de 50 a diferença entre necessidade e contingência aparecesse como significativa.
- <sup>6</sup> VEJA. *As águas voltaram*. 19/08/1970.

- <sup>7</sup> VEJA. *No Recife, o caos*. 30/07/1975.
- <sup>8</sup> VEJA. *As chuvas da morte*. 18/06/1980.
- <sup>9</sup> VEJA. *O Rio, quase afogado nas chuvas*. 09/12/1981.
- <sup>10</sup> VEJA. *A crônica da tragédia anunciada*. 21/02/1996.
- <sup>11</sup> VEJA. *Inundado e invadido*. 27/03/1991.
- <sup>12</sup> VEJA. *Morte e destruição*. 12/01/2001.
- <sup>13</sup> VEJA. *Trágico, absurdo, previsível*. 13/01/2010.
- <sup>14</sup> VEJA. *Depois da Seca*. 29/07/1970.
- <sup>15</sup> VEJA. *O Sul na guerra das águas*. 20/07/1983.
- <sup>16</sup> VEJA. *Tragédia na lama*. 17/02/1988.
- <sup>17</sup> VEJA. *A crônica da tragédia anunciada*. 21/02/1996.
- <sup>18</sup> VEJA. *O horror diante dos olhos*. 03/12/2008.
- <sup>19</sup> VEJA. *Tragédia na lama*. 17/02/1988.

## REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hannah. *On revolution*. Londres: Penguin Books. 1965.
- BOLTANSKI, Luc. *Distant suffering: morality, media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BRESLAU, N.; KESSLER, R. C. The stressor criterion. In: DSM-IV post-traumatic stress disorder: An empirical investigation. *Biological Psychiatry*, v. 50, p. 699-704, 2001.
- FASSIN, Didier. La souffrance du monde. Considérations Anthropologiques sur les Politiques Contemporaines de la Compassion. *Évolution Psychiatrique*, v. 67, p. 676-89, 2002.
- \_\_\_\_\_. *La raison humanitaire*. Paris: Seuil/Gallimard, 2010.
- FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. *The empire of trauma*. Princeton. Princeton University Press, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- FUREDI, Frank. *Therapeutic culture: cultivating vulnerability in an uncertain age*. Londres: Routledge, 2003.
- GAUCHET, Marcel. *A democracia contra ela mesma*. São Paulo: Radical Livros, 2010.
- JACOBS, James J.; POTTER, Kimberly. *Hate crimes: criminal law & identity politics*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- ROSANVALLON, P. *Le contre-démocratie: la politique a l'âge de la défiance*. Paris: Éditions du Seuil, 2006.

SIMON, Jonathan. *Governing through crime*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SOARES, Glaucio Ary Dillon; MIRANDA, Dayse; BORGES, Dorian. *As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VILAIN, Jean; LEMIEUX, Cyril. La mobilisation des victimes d'accidents collectives. *Politix*, v. 11, n. 44, p. 135-60, 1998.

WIEVIORKA, Anette. *L'ère du témoin*. Paris: Hachette, 1998.

WIEVIORKA, Michel. L'emergence des victimes. *Sphera publica*, v. 03, 2003.